

1. Para Veiga (2007), o Projeto Político Pedagógico (PPP), de acordo com a teoria progressista, é orientado por pressupostos filosóficos-sociológicos, epistemológicos e didáticos metodológicos. Assim, sua elaboração não se reduz apenas à dimensão pedagógica, nem ao conjunto de projetos e planos isolados, mas se constitui em

- a) uma proposta de opções explícitas na direção da superação de problemas relacionados a questões de ordem pedagógica.
- b) uma proposta que nasce da própria realidade singular em que a escola está inserida.
- c) um instrumento clarificador após profunda reflexão dos agentes envolvidos, sobre a ação coletiva e educativa da escola, baseada na pesquisa real no sentido de possibilitar possíveis transformações.
- d) propostas de ações de constante superação de problemas do cotidiano escolar e de ordem administrativa.
- e) processo de organização educativa de ordem didática e administrativa que direciona as ações escolares.

2. O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado em 2007 como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), constitui uma das avaliações externas que reúne num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e média de desempenho nas avaliações. A respeito do IDEB, podemos afirmar que:

- I. caracteriza-se em importante referência para o estudo e o estabelecimento de metas de desempenho para as escolas.
- II. é uma das provas que compõem o complexo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil.
- III. o desempenho de uma escola no IDEB pode revelar as falhas de aprendizagem de seus alunos.
- IV. é um instrumento que permite ao INEP medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.

- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

3. Os princípios básicos da Política Educacional vigente que se articula com a Proposta Pedagógica da Escola, visando à melhoria da qualidade de ensino, são:

- I. competitividade.
- II. colaboração e participação.
- III. compromisso com a direção.
- IV. autonomia.

Está correto apenas o contido em

- a) II e IV.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) I e III.

4. Segundo o CONSED (2009), a avaliação externa, em execução no sistema educacional, como uma das políticas públicas, tem como foco o desempenho escolar. Portanto, a melhoria da qualidade do ensino depende principalmente

- a) de avaliações externas comprometidas com a organização pedagógica da escola.
- b) de uma política educacional centrada no desempenho dos professores e na participação da comunidade.
- c) da relação entre a Política Pública e a Proposta Pedagógica da Escola, como documento formal.
- d) de uma equipe docente constituída de professores efetivos e participativos.
- e) da interação entre a Política Pública, a Proposta Pedagógica da Escola e a atividade no cotidiano escolar.

5. Segundo documentos oficiais, para a definição das normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, os sistemas de ensino devem respeitar os seguintes princípios:

- I. participação dos governos locais na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- III. participação das empresas privadas na elaboração do projeto pedagógico da escola e no financiamento de atividades extracurriculares.
- IV. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Conforme a Lei Nº 9.394/96, está correto apenas o contido em

- a) I e II.
 - b) II e IV.
 - c) III e IV.
 - d) I, II e III.
 - e) II, III e IV.
6. De acordo com a LDB, o Projeto Pedagógico deve ser definido, com autonomia
- a) pelo Conselho Nacional de Educação para escolas públicas e particulares.
 - b) pelos Conselhos Estaduais de Educação para os estabelecimentos oficiais.
 - c) pelos estabelecimentos de ensino, de acordo com as regras dos sistemas de ensino.
 - d) pelas Secretarias de Educação para os estabelecimentos de ensino do país.
 - e) pelos estabelecimentos de ensino, independentemente das regras dos sistemas de ensino.
7. D. Isolda, avó de uma criança, vai até uma escola para realizar a matrícula de seu neto Enzo, de oito anos, que recentemente veio morar com ela. Porém, ela não possui nenhum documento que ateste a escolaridade da criança. Sabe apenas que ela já esteve na escola. Neste caso, baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9.394/96, a escola deverá adotar o seguinte procedimento
- a) fazer uma matrícula provisória da criança até que tenha os documentos necessários.
 - b) submeter a criança a uma avaliação, no âmbito da própria escola, para realizar sua matrícula na série adequada ao grau de desenvolvimento

apresentado pelo aluno, independentemente da escolarização anterior.

- c) identificar a escola de origem para solicitar os documentos necessários.
 - d) aguardar que a avó tenha a documentação exigida para efetuar a matrícula da criança.
 - e) deverá matricular a criança no 3º ano do ensino fundamental, levando em consideração sua idade.
8. O princípio da gestão escolar democrática e participativa, que fundamenta as políticas educacionais do MEC, é imprescindível no contexto social e de desenvolvimento do Estado, significando que:
- a) o gestor deve levar em conta as culturas e identidades dos diferentes grupos que compõem o ambiente escolar para ressignificar a proposta curricular do Estado, contribuindo para a articulação entre a unidade e a diversidade e para a melhoria dos resultados da Rede.
 - b) o gestor deve mostrar que as tensões geradas no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação curricular devem ser controladas de modo a não impedirem o avanço da implementação das políticas educacionais do Estado, em tempo hábil.
 - c) o gestor deve trabalhar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação curricular de forma neutra, desta forma resguardando seu papel de decisor final, o que agiliza os processos educacionais mais amplos do Estado.
 - d) o gestor deve marcar, com clareza, que práticas existentes podem e devem ser substituídas por discursos propositivos, que mostrem que o projeto curricular do Estado supera lacunas e, desta forma, estará contribuindo para a melhoria da qualidade educacional.
 - e) o gestor deve buscar a independência da escola no planejamento, na implementação e na avaliação curricular, contribuindo para a diversidade educacional no Estado.
9. Joana é professora do 3º ano de uma escola municipal localizada em região conhecida pela mídia por suas dificuldades sociais e econômicas, com diversos episódios de violência. Seus alunos, considerados como os piores da escola, são multirrepetentes. A partir do que aprendeu na Universidade, especificamente no curso de Pedagogia, Joana procura desenvolver atividades

criativas e participativas, mas ainda tem vários problemas com a disciplina. Para enfrentar a situação, como medida inicial, Joana deve:

- a) conversar com os alunos para que eles melhorem.
 - b) propor atividades extras como forma de controlar a disciplina.
 - c) deixar os indisciplinados sem a aula de Educação Física.
 - d) falar com os pais dos alunos indisciplinados.
 - e) buscar apoio na gestão da escola.
- 10.** Comprovadamente a participação da família na vida dos filhos é de extrema importância para o desempenho deles no processo educativo bem como para a boa gestão de uma escola (parceria família-escola). A ação que expressa um comportamento de uma gestão atenta a essa necessária participação é:
- a) Sensibilizar os alunos para os problemas sociais da comunidade.
 - b) Atender às expectativas dos pais de alunos assíduos.
 - c) Promover reuniões com os pais dos alunos indisciplinados.
 - d) Manter o Conselho de Escola funcionando.
 - e) Realizar festas na escola nos fins de semana.
- 11.** Para a produção de mudanças que promovam uma educação de qualidade é fundamental a reflexão sobre os desafios que se colocam aos gestores nas escolas essencialmente no tocante à democratização da gestão. Uma das medidas que contribui para uma educação de qualidade é
- a) a definição dos objetivos e finalidades do trabalho a ser desenvolvido na escola pelo diretor, pelo coordenador e pelo supervisor.
 - b) a promoção de aprendizagens técnicas, voltadas para a inserção profissional dos alunos.
 - c) a elaboração de uma agenda permanente de reuniões com pais e alunos.
 - d) a organização do tempo escolar de acordo com critérios de importância das diferentes disciplinas.
 - e) a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola por especialistas contratados para este fim.

- 12.** Ana Carla, diretora de uma Escola Pública no Interior do estado, vem buscando uma gestão participativa. Para efetivar o processo de implantação desse modelo gestor em sua escola, é imprescindível:
- a) fazer um levantamento das principais ideias dos membros da equipe e organizar um seminário interno no final do ano.
 - b) mobilizar o coletivo dos alunos para auxiliar na manutenção da escola.
 - c) criar uma equipe centrada na direção que é a principal responsável pelo bom andamento das decisões.
 - d) definir equipes de liderança convocando os líderes da comunidade para participarem das decisões pedagógicas.
 - e) estimular a participação dos pais, alunos e professores e demais funcionários na tomada de decisões e implementação de ações.
- 13.** Mônica dirige a Escola Municipal 'Sonho e Esperança'. Recentemente, teve problemas no reconhecimento de sua autoridade e precisou tomar algumas medidas para dar continuidade ao seu trabalho, assumindo suas responsabilidades de gerir e mediar os conflitos no âmbito de sua unidade escolar, no sentido da construção da convivência democrática na escola. Qual das atitudes abaixo é apropriada aos objetivos de Mônica?
- a) Limitar o acesso dos pais às festas e solenidades oficiais.
 - b) Criar projetos e parcerias que favoreçam o desenvolvimento da convivência democrática na Unidade Escolar.
 - c) Definir com clareza os objetivos de sua gestão, comunicando-os aos diferentes segmentos da comunidade escolar.
 - d) Colocar mais funcionários para controlar a disciplina.
 - e) Formar salas de aulas com alunos indisciplinados, de modo a favorecer o controle desse tipo de problema.
- 14.** Considerando-se os princípios da educação nacional constantes no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 3º da Lei Federal nº 9.394/96 (LDB), além das incumbências prescritas nos artigos 12, 13, 14 e 15 dessa mesma Lei, pode-se constatar, corretamente, que os elementos

fundantes, na construção da gestão democrática da escola, são:

- a) tratamento uniforme a todos os usuários da escola, rigor no cumprimento dos preceitos burocrático-legais do currículo e gestão inovadora.
 - b) participação dos professores na elaboração do projeto pedagógico da unidade escolar e participação dos pais nas tarefas da administração financeira.
 - c) elaboração do projeto pedagógico pelo diretor, trabalho docente baseado em responsabilização individual e informações claras à comunidade.
 - d) trabalho pedagógico com pluralidade de concepções, gerência administrativa e divulgação objetiva das decisões da direção.
 - e) participação dos profissionais e da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico da escola e autonomia pedagógica e administrativa.
- 15.** Cláudia, diretora de uma escola do ensino fundamental, foi procurada pela professora Ester, do 3º ano, a qual lhe relatou que um de seus alunos (de 9 anos) está sendo vítima de violência ou maus tratos por parte da família uma vez que vem apresentando hematomas e arranhões pelo corpo com também anda muito arredio e chora muito, aparentemente sem motivo imediato. Ao ser questionado, o menino disse que apanhava da mãe e do padrasto todos os dias. De acordo com os artigos 13 e 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal no 8.069/1990), referentes às medidas de proteção integral à criança e ao adolescente, em casos como esse, cabe, de imediato, ao dirigente do estabelecimento de ensino,
- a) levar o caso ao Juizado da Infância e da Juventude da Comarca local a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
 - b) dirigir-se à casa do aluno para investigar o que está acontecendo.
 - c) comunicar ao Conselho Tutelar da localidade em questão as suspeitas de maus-tratos apresentadas pelo aluno.
 - d) convocar a mãe e o padrasto para uma entrevista, com a finalidade de confirmar o relato do aluno.
 - e) lavrar um Boletim de Ocorrência na delegacia de polícia e denunciar o fato ao Conselho Municipal de Educação.

16. Os conflitos são uma parte normal do cotidiano de qualquer organização e podem ser usados de forma legítima para provocar as mudanças necessárias. Porém, na organização escolar, a gestão de conflitos é uma das tarefas mais árduas para o gestor, pois convivem pessoas com diferentes valores e interesses, onde podem ocorrer desavenças entre pessoas e colegas de equipe, rivalidades, briga pelo poder, intriga etc. Assim, para o gestor, um dos caminhos mais eficaz para a resolução dos conflitos é

- a) acolher as sugestões das minorias, normalmente, fragilizadas.
- b) utilizar o diálogo e o conhecimento de meios alternativos para sua solução.
- c) utilizar-se do poder que lhe é conferido para contrapor ao grupo dominante.
- d) simplificar as questões tendo em mente os interesses da escola.
- e) ter autoconhecimento e liderança de alta performance.

17. Segundo o art. 12 da Lei nº 9.394/96, uma das incumbências dos estabelecimentos de ensino é administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros. Tendo como parâmetro a citação anterior, é correto afirmar que

- a) gerir os recursos da escola é incumbência da secretaria da escola (tesoureiro), secretário e auxiliares.
- b) nem sempre engajar a comunidade nos assuntos administrativos da escola é produtivo.
- c) quando o gestor escolar é sempre capacitado, as decisões da escola poderão ser tomadas por ele, individualmente.
- d) o gestor escolar deverá ter em mente que as decisões na escola deverão ser tomadas coletivamente.
- e) após elencar as necessidades físicas e pedagógicas da escola, o diretor poderá solicitar a ajuda financeira das empresas privadas para sanar as dificuldades.

18. O art. 9º, § 1º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), confirmou a atuação do Conselho Nacional de Educação, como um órgão

- a) de Estado e de assessoramento ao governo no âmbito do Ministério da Educação.
- b) cujos membros são indicados pela sociedade civil para deliberarem sobre assuntos educacionais.
- c) criado após a Proclamação da República, com o objetivo de assessorar as instituições de ensino.
- d) em expansão no território nacional, superando 5.570 representações nos municípios.
- e) com representação nos estados por conselhos específicos, criados na Constituição de 1988.

19. De acordo com Chrispino (2002), a escola, como qualquer instituição, está planejada para que as pessoas sejam todas iguais, cuja homogeneização é exercida por meio de mecanismos disciplinares. Porém, existe, no cotidiano escolar, um ambiente de violência simbólica que é indicado pelos seguintes aspectos:

- I. discriminação individual e grupal, vigência de modelos agressivos dificultando as relações pessoais, existência de um currículo inflexível e pouco significativo;
- II. esgotamento emocional dos docentes diante das escassas expectativas, acrescido pelo exercício da homogeneização pelos mecanismos disciplinares;
- III. desinteresse do corpo docente na relação com a comunidade em busca de soluções disciplinares;
- IV. dificuldade para trabalhar as diferenças e estabelecer a tolerância por meio do diálogo e da participação.

Está correto apenas o contido em

- a) I e III.
 - b) I e II.
 - c) III e IV.
 - d) II e III.
 - e) II e IV.
- 20.** Usando como exemplo a mudança na sala de aula, o nível mais próximo do ensino e da aprendizagem, Fullan (2009) afirma que a inovação é multidimensional e que existem três dimensões em jogo na implementação de mudanças significativas quais sejam:
- I. uso de materiais novos ou revisados (recursos instrucionais como matérias ou tecnologias curriculares).

- II. utilização de novas formas de comunicação entre os integrantes da equipe escolar.
- III. uso de novas abordagens de ensino.
- IV. subjetivação da mudança social, pelo agente de mudança.
- V. alteração de crenças (teorias pedagógicas subjacentes a certas políticas ou programas novos).

Está correto apenas o contido em

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e V.
- d) I, III e IV.
- e) III, IV e V.